



MENSAGEM Nº 09, DE 24 DE JULHO DE 2025.

*Excelentíssimo Senhor,*

**AUGUSTO CÉSAR PORTO RIBEIRO**

*Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Ilhéus-BA.*

CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS  
**RECEBEMOS**  
EM: 24/07/2025  
15:21  
FUNÇÃOÁRIO

Senhores Vereadores,

No cumprimento das minhas obrigações constitucionais, tenho a honra de encaminhar a essa Augusta Câmara Municipal de Vereadores, na pessoa de Vossa Excelência, em regime de urgência urgentíssima, na forma regimental, o pertinente projeto de Lei que define, no âmbito do Município de Ilhéus, sobre a ***“Dispõe sobre o reajuste remuneratório, a título de atualização dos vencimentos básicos dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combates às Endemias, dos quadros de efetivos ativos do Município de Ilhéus, compatível ao piso nacional e com reflexos na tabela salarial das categorias abrangidas e dá outras providências”***, para a competente apreciação por seus pares.

Com efeito, assevere-se que a partir da competência junho/2025, tem-se que o Poder Executivo Municipal inaugurou sucessivas rodadas de negociações e tratativas com diversas Entidades Sindicais (a exemplo, SINSEPI; SINDGUARDAS; SINDIACS; SINDATRAN), com vistas a permitir concessão de reajuste remuneratório tendo por finalidade a recomposição/reajuste salarial das categorias diretamente envolvidas.

Salienta-se que a Administração Municipal, apesar das sucessivas adversidades financeiras enfrentadas no início da gestão (2025), caracterizadas por bloqueios reiterados destinados ao adimplemento de precatórios e RPV's, implementou rigoroso plano de contenção orçamentária e reequilíbrio fiscal.

Tais medidas, conduzidas sob observância aos preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, possibilitaram a realização do presente estudo de viabilidade econômico-financeira, contemplando os agentes públicos municipais, em cumprimento aos compromissos assumidos por esta gestão, de sorte a neutralizar os efeitos deletérios da corrosão da moeda, na forma do art. 37, X, da Constituição Federal de 1988 e da estabilidade salarial que deve acompanhar as projeções dos pisos estabelecidos às categoriais setoriais, no caso concreto, atrelado à Emenda Constitucional n. 120, de 05 de maio de 2022 que incluíra o §9º ao art. 198 da CF/88..

Outrossim, de sobrelevar que a propositura encontra respaldo constitucional no art. 6º da Constituição Federal de 1988, que eleva o trabalho à condição de direito social fundamental do cidadão. Nesse diapasão, a adequada valorização remuneratória do agente público municipal constitui-se em instrumento eficaz de mitigação das desigualdades sociais e de promoção da dignidade da pessoa humana, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.



Daí porque, sob a perspectiva macroeconômica, a atualização do poder aquisitivo dos servidores públicos municipais efetivos ativos, aposentados e pensionistas, implica em evidente estímulo à circulação de riquezas no comércio local, gerando benefícios que transcendem a esfera individual e impactam positivamente toda a coletividade, promovendo desenvolvimento socioeconômico sustentável em âmbito municipal.

Nessa trilha, após consistentes e motivadas discussões, registre-se que o Poder Público municipal, pautado em estudo de impacto econômico-financeiro, chegou-se ao percentual cuja concessão repercutirá seus efeitos a partir de junho/2025, como forma de atender aos comandos insertos no art. 198, §9º, da Constituição Federal de 1988, através do qual se determina que *“o vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias não será inferior a 2 (dois) salários mínimos, repassados pela União aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal”*, no que se repercutirão os pertinentes efeitos à tabela salarial das categorias abrangidas prevista na Lei Municipal n. 4.269, de 05 de abril de 2024 que institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração – PCCR dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Ilhéus.

Dessarte, registre-se que com o decurso da competência 2024/2025 houve majoração do salário mínimo vigente, circunstância esta, naturalmente, que provoca alteração na faixa salarial dos ACS e ACE's.

Na certeza de que mais uma vez os servidores públicos de Ilhéus serão contemplados com a valorosa contribuição dessa edilidade, renovamos os nossos protestos de alto estima e elevada consideração.

Sem mais a adunar, conclama-se a essa Casa Legislativa, na pessoa de cada um dos Insignes Edis, pelo que registro admiração e respeito, para que deflagre o hígido processo legislativo voltado à formação da norma positivada, para ao final, emitir um juízo político de **APROVAÇÃO**, da proposição ora encampada, nos termos do Regimento Interno, na certeza de que assim contribuirão com o pacto Federativo, fortalecimento do municipalismo e crescimento da arrecadação municipal.

Respeitosamente,

  
**VALDERICO LUIZ DOS REIS JÚNIOR**  
Prefeito





Projeto de Lei nº \_\_\_, de 24 de julho de 2025.

*“Dispõe sobre o reajuste remuneratório, a título de atualização dos vencimentos básicos dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combates às Endemias, dos quadros de efetivos ativos do Município de Ilhéus, compatível ao piso nacional e com reflexos na tabela salarial das categorias abrangidas e dá outras providências”.*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ILHÉUS**, no uso das suas atribuições conferidas pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e, pela Lei Orgânica do Município de Ilhéus. Faço saber que a Câmara decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica autorizado o Executivo Municipal a atualizar a tabela de que trata o anexo I da Lei Municipal n. 4.269, de 05 de abril de 2024 que institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração – PCCR dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Ilhéus, com reflexos aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combates às Endemias, conforme o Anexo Único desta lei.

**Art. 2º** Os novos valores serão aplicados na folha de pagamento dos servidores públicos municipais, com efeitos retroativos a competência junho/2025, sendo que as despesas para execução da presente Lei correrão pela rubrica própria do Orçamento Anual competente.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de junho de 2025, ficando revogadas as disposições em contrário.

  
**VALDERICO LUIZ DOS REIS JÚNIOR**  
Prefeito



## ANEXO ÚNICO

### TABELA SALARIAL

		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI
Cargo	Salário Inicial/Básico	5 anos	8 anos	11 anos	14 anos	17 anos	20 anos	23 anos	26 anos	29 anos	32 anos	35 anos
Agente Comunitário de Saúde	R\$ 3.036,00	R\$ 3.127,08	R\$ 3.220,89	R\$ 3.317,51	R\$ 3.417,04	R\$ 3.519,55	R\$ 3.625,14	R\$ 3.733,89	R\$ 3.845,91	R\$ 3.961,29	R\$ 4.080,13	R\$ 4.202,53
Agente de Combate às Endemias	R\$ 3.036,00	R\$ 3.127,08	R\$ 3.220,89	R\$ 3.317,51	R\$ 3.417,04	R\$ 3.519,55	R\$ 3.625,14	R\$ 3.733,89	R\$ 3.845,91	R\$ 3.961,29	R\$ 4.080,13	R\$ 4.202,53